

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvio José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Leticia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanhais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores

Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	1
<i>Carlos Antônio Brandão</i>	
Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos	7
1 A importância heurística da região, uma nota	9
<i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i>	
2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás	17
<i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i>	
3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás	35
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i>	
4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais	53
<i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i>	
5 Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás	77
<i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	
6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás	93
<i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i>	
Parte 2 Tópicos da história regional	115
7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da Folha de S. Paulo	117
<i>Eduardo de Melo Salgueiro</i>	
8 Alteridades e outridades na região de Carajás	139
<i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i>	
9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais	183
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i>	
10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022)	183
<i>Janaílson Macêdo Luiz</i>	
11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada	207
<i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	
12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso	231
<i>Flávia Marinho Lisboa</i>	

13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i>	257
Parte 3 Economia e região	279
14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	281
15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	309
16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i>	341
17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i>	361
18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i>	381
Parte 4 Conformação da rede urbana	415
19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i>	417
20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i>	441
21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i>	467
22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i>	485
Parte 5 Ensino e escola	503
23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabete Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i>	505
24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i>	523

25 Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento <i>Rosemeri Scalabrin</i>	545
Parte 6 Elementos do agrário regional	569
26 Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i>	571
27 Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás <i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i>	613
28 Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás <i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magovski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i>	637
29 O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas <i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i>	655
Parte 7 Domínios da natureza	675
30 Componentes naturais da paisagem na região de Carajás <i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i>	677
31 Geoeologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás <i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i>	707
32 A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem <i>Keid Nolan Silva Sousa</i>	729
Sobre as autoras e os autores	751

O PASSADO AUTORITÁRIO E SEUS RASTROS: 50 ANOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-2022)¹

Janailson Macêdo Luiz  

INTRODUÇÃO

No início da década de 1970, eclodiu na Amazônia um dos conflitos mais impactantes da história da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). A Guerrilha do Araguaia não somente contrapôs as Forças Armadas e guerrilheiros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), como também afetou a vida de um grande número de moradores da confluência dos estados do Pará, Tocantins (cujo território pertencia à época ao estado de Goiás) e Maranhão.

A população local teve seu cotidiano amplamente afetado pelo conflito e pelas medidas autoritárias impostas pelos militares durante o cerco aos guerrilheiros, marcado por graves violações aos direitos humanos (OEA, 2011). Além dos guerrilheiros, tais violações também atingiram a população camponesa e os indígenas da etnia Aikewara², conhecidos como Suruí do Pará, deixando traumas que ainda hoje são sentidos por muitos moradores (Campos Filho, 2012; Mechi, 2012; Peixoto, 2011; Reis, 2021; Sousa, 2019).

Mesmo passados cinquenta anos, aquele evento continua tendo forte repercussão, seja no âmbito nacional, seja na própria Amazônia, com destaque para a fronteira Araguaia-Tocantins, em especial na região de Carajás³, atingida por aquele conflito justamente em um período marcado por grandes modificações, ocorridas em um momento em que o Estado brasileiro implementava medidas que iriam alterar profundamente as dinâmicas econômicas e sociais estabelecidas naquela

¹ Este capítulo retoma algumas questões apresentadas na Aula Inaugural homônima ministrada na Faculdade de História (Fahist/ICH) da Unifesspa (período 2022.4), em Marabá-PA, em 30 de novembro de 2022. O autor deixa registrado os agradecimentos aos colegas docentes da Fahist Reginaldo Souza, vinculado ao Laboratório de História Social da Amazônia, que efetuou o convite e a mediação da atividade, e Geovani Gomes Cabral, diretor da Fahist; bem como aos demais participantes (entre docentes, discentes e pessoas da comunidade) do evento. O capítulo está vinculado à pesquisa de doutorado que contou com o aporte (bolsa de demanda social) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade de São Paulo (USP). Ver resultados desse estudo em: Luiz (2023).

² “Os Aikewara, mais conhecidos na literatura especializada pela alcunha de Mudjetire ou Suruí do Pará, são hoje aproximadamente 360 indivíduos falantes de uma variante tupi-guarani, que se encontram localizados nos 26.258 ha da Terra Indígena Sororó, à margem dos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia” (Calheiros, 2011, pp. 485-485).

³ Aqui abordada a partir de Monteiro e Silva: “recorte espacial feito neste capítulo baseia-se na paisagem natural: o bioma Amazônia. Para se iniciar a segmentação, incorporando-se a ela o espaço passado, é realizado o mapeamento de processos sociais diretamente vinculados à expansão espacial em direção ao bioma Amazônia, mais especificamente ao interflúvio dos rios Xingu e Tocantins-Araguaia” (Monteiro e Silva, 2023).

porção da região Norte do país, como o Programa de Integração Nacional (PIN). Por intermédio do PIN, os agentes da Ditadura Militar alinhavam interesses geopolíticos no tocante à segurança nacional, atinentes ao contexto da Guerra Fria, à aceleração do avanço capitalista sobre a Amazônia. Aquele avanço tinha entre seus pilares a apropriação da terra, dos minérios e outros recursos naturais próprios ao bioma amazônico (Monteiro e Silva, 2023).

Aquela era uma ação de colonização interna, que, apesar de suas inúmeras especificidades, guardava ligações com processos de longa duração ocorridos no processo de colonização do Brasil, América Latina, África e outras partes do mundo. Entre as características, estava o desrespeito a cultura e organização social daqueles que já estavam estabelecidos no local. Além disso, o processo também se baseava na pouca valorização de quem tinha a força de trabalho explorada em funções que, ao mesmo tempo em que eram desvalorizados socialmente, eram fundamentais para a materialização do avanço da fronteira (Martins, 1996).

Ianni (1978) foi um dos primeiros a ressaltar que a ocorrência de uma guerra de guerrilhas na Amazônia naquele momento não se deu de forma descontextualizada, pois fazia parte das inúmeras contradições presentes naquele processo de avanço capitalista na região. Os guerrilheiros, em seu projeto de oposição às políticas da Ditadura, buscaram justamente atuar a partir dos inúmeros problemas reproduzidos naquele momento em nível local.

Ao mesmo tempo, os militares buscaram, desde o início dos combates⁴, apresentar grandes demonstrações de força, visando dissuadir o apoio da população ou de outros grupos aos guerrilheiros, bem como buscaram resguardar a manutenção dos interesses que fundamentavam o PIN e uma série de iniciativas que surgiram naquele período, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada em 1966 durante o governo Castelo Branco (1964-1967).

Em nível nacional, aquele também era um período de forte avanço capitalista, representado pelo acelerado crescimento do país, o qual se convencionou denominar como o Milagre Econômico, que por sua vez estava atrelado ao que alguns pesquisadores denominaram, em nível internacional, como a fase de ouro do capitalismo, ocorrida entre o período pós-Segunda Guerra Mundial, finda em 1945, e a crise do petróleo de 1973 (Hobsbawm, 1995).

O conflito ocorreu durante a fase final do governo Médici (1969-1974) e o princípio do governo Geisel (1974-1979). No Brasil, “a taxa média de crescimento do PIB de 1967 a 1973 foi de cerca de 10,2% e de quase 12,5% entre 1971 e 1973” (Lago, 2022). Segundo Reis (2000), para muitos brasileiros, aquele não era somente um período visto como “anos de chumbo”, termo usado para designar o regime militar, mas também como “anos de ouro”, o que ajuda a explicar, entre uma série de outros fatores⁵, a pouca adesão da população como um todo à oposição mais

⁴ Como será visto adiante, essas demonstrações são, inclusive, anteriores à descoberta dos militantes do PC do B, tento em vista que nos anos anteriores já haviam sido feitas grandes operações militares naquele local, apontado como possível área de atuação de grupos de luta armada.

⁵ As análises têm apontado fatores, como: problemas de comunicação dos diversos grupos comunistas, seja diante da população, o que acabou contribuindo para o isolamento desses grupos, seja entre si (devido à dificuldade de atuar conjuntamente, a não ser em momentos esporádicos), o que ampliava o número de grupos dissidentes e a fragmentação política; existência de um anticomunismo há muito tempo alimentado no país, que, naquele momento, apresentava fortes ressonâncias em grande parte da população; impacto das medidas autoritárias realizadas pelos militares, bem como em períodos anteriores, o que acionava o medo entre boa parte da população; investimento do maior partido de esquerda do período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em uma visão reformista, que considerava que, antes da revolução de esquerda, era necessário que houvesse maior ampliação e

radical às políticas da Ditadura. Contudo, como apontou Napolitano, tais números foram alcançados mediante um “alto custo social” que, em logo prazo, ampliou a desigualdade social no país⁶.

Nas próximas páginas, a partir do diálogo com a literatura que se debruçou sobre esse episódio, bem como por meio do contato com fontes relevantes para interpretá-lo, será apresentada uma contextualização histórica da Guerrilha do Araguaia, relacionando-a com o contexto de expansão geográfica (Monteiro e Silva, 2023) vivenciado na Amazônia brasileira e, mais especificamente, na fronteira Araguaia-Tocantins, à qual faz parte a região de Carajás, no início dos anos 1970.

Inicialmente, será discutida a preparação da ação guerrilheira, que, como dito, coincidiu com o processo de implementação do PIN e militarização da fronteira Araguaia-Tocantins, assim como com o período de desenvolvimento de diversas ações de luta armada por grupos de esquerda no país, que optaram por uma via radical na luta contra a ditadura. Em seguida, serão apresentadas algumas informações sobre as fases do conflito, assim como serão apontadas, ainda que de forma breve, as buscas por reparação e justiça desenvolvidas por familiares e moradores locais nos últimos anos. É importante destacar que, em virtude da perspectiva panorâmica adotada, dos limites do capítulo e do amplo quantitativo de informações que circunda esse acontecimento, diversos debates não serão apresentados ou aprofundados.

Contudo, é fundamental lembrar que há muito que a Guerrilha do Araguaia tem estado envolta em estratégias diversas de apagamento de rastros, assim como também tem sido alvo de reelaborações diversas por agentes propagadores de discursos negacionistas (Almada, 2021), muitos dos quais interessados em questões como a manutenção do terror como política de Estado e a impunibilidade aos agentes públicos que cometeram violações graves contra os direitos humanos durante a Ditadura, além da negação de direitos às populações mais pobres e marginalizadas do país na atualidade.

Por isso, torna-se fundamental manter em cursos reflexões sobre esse tema, contribuindo para que o máximo de pessoas tenham informações consistentes sobre ele, de modo a não somente serem capazes de compreender o nosso passado autoritário e os rastros por ele deixados, mas também de lançarem olhares mais conscientes para o presente, evitando-se a repetição daquele tipo de atrocidade (Figueiredo, 2022; Sousa, 2019).

A ÁREA ESTRATÉGICA

O processo de militarização da chamada fronteira Araguaia-Tocantins durante a Ditadura não se iniciou com a Guerrilha do Araguaia. Afinal, como já introduzido acima, havia muitos interesses em jogo naquele período. Recordemos que, por exemplo, em 1967, haviam sido descobertas as minas de ferro na Serra Sul da Serra de Carajás, que, por intermédio de dois decretos de 1974, passaram para a administração da Vale, à revelia dos interesses dos indígenas Xikrin, que

consolidação da burguesia nacional, e a citada acomodação de boa parte da população no cerne do “Milagre Econômico”, entre outros fatores (Gorender, 2014; Reis, 1989; Ridenti, 2010).

⁶ Naqueles anos pós-golpe, por exemplo: “O salário mínimo teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e 15% entre 1967 e 1973” (Napolitano, 2014, pp. 171-172).

há muito ocupavam tradicionalmente aquele território (Monteiro e Silva, 2023). Como já extensamente debatido pela literatura, a fronteira Araguaia-Tocantins se constituía naquele momento como um espaço central para a integração entre a região Norte e outras regiões do país, bem como para a realização de uma série de investimentos.

Ademais, no cerne da defesa daqueles interesses integracionistas e expansionistas, que mesclavam fatores econômicos e geopolíticos, estava também presente uma outra questão cara àquela conjuntura ditatorial: a preparação para possíveis enfrentamentos a grupos de luta armada, os quais, com a destruição de bases democráticas por parte do regime, passaram a optar por formas radicais de enfrentamento.

Não foi por acaso que desde 1970 as Forças Armadas realizaram diversas operações no local, como bem resumido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV):

(...) a cronologia de ações militares na região fica da seguinte forma: construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá (janeiro de 1970); classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional (outubro de 1970); Operação Carajás (1970); Operação Mesopotâmia (1971); descoberta dos guerrilheiros no Araguaia (1972); operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974) (Brasil, 2014).

No final da década de 1960, era crescente a compreensão de que o local poderia ser usado como “área estratégica” para atuação de grupos que defendessem a luta armada no campo, especialmente porque, nas formulações daqueles grupos, “Condições de recuo e floresta densa eram alguns dos principais requisitos militares” (Chacel, 2012, p. 70) a serem considerados no momento de escolha de um local.

Mesmo grupos ligados à guerrilha urbana, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella (1911-1969), haviam feito formulações sobre a utilização de espaços do campo para a luta armada (Marighella, 1999). Além disso, como já dito, a presença acentuada de contradições capitalistas também deveria ser vista como pré-requisito para a escolha do local, pois “A implantação social, porém, pressupunha escolher regiões povoadas, de preferência em condições de pobreza e conflito, favoráveis ao trabalho de sensibilização da população local para a luta revolucionária” (Chacel, 2012, p. 70).

Desde o pós-golpe, apesar de terem recebido o apoio de empresários, Igreja Católica e boa parte da imprensa, os militares vinham enfrentando oposições. Em sua maioria, os grupos de esquerda buscavam organizar sua atuação em formas pacíficas de mobilização, linha adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que atuava na clandestinidade⁷ e era o partido da esquerda comunista com o maior número de integrantes e maior capacidade de mobilização.

Também tiveram destaque os movimentos estudantis, operário e outros grupos que buscavam manifestar sua insatisfação, por vezes organizando diversas manifestações de massa. Contudo, com o passar do tempo, foram surgindo pequenos grupos com uma orientação mais

⁷ Na política oficial, eram aceitos apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia uma oposição “consentida” aos militares (Napolitano, 2014, p. 91).

radical, a chamada esquerda armada (Sales, 2015a), inspirados nas revoluções ocorridas no século XX, sobretudo a russa (1917), a chinesa (1949) e a cubana (1959)⁸.

O PC do B, surgido em 1962⁹ por intermédio de uma dissidência do PCB, mantinha uma posição específica no cerne da esquerda, pois acreditava que o caminho revolucionário no país deveria ter como base inicial o espaço do campo. Essa visão fora explicitada, entre outras publicações, no conhecido documento *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil* (PC do B, 1980), elaborado pelo partido no início de 1969.

Em dezembro de 1968, a Ditadura havia promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que acentuou bastante as medidas autoritárias já em vigor desde 1964. Ao mesmo tempo, diversos grupos da guerrilha urbana estavam naquele momento em atuação, com ações que, embora contassem com pequeno número de integrantes, conseguiam chamar a atenção no âmbito nacional e internacional, a exemplo dos sequestros de embaixadores realizado por grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)¹⁰.

Como já extensamente discutido pela literatura, em *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil*, o PC do B reafirmou sua linha política, vinculada ao marxismo-leninismo e, em nível internacional, alinhada ao Partido Comunista Chinês e ao maoísmo. Segundo Pischel (1998), o maoísmo ganhou destaque no cerne do Movimento Comunista Internacional (MCI) não somente em virtude do desfecho da revolução na China, em 1949, mas também após 1956, ano em que vieram a público diversas atrocidades cometidas por Joseph Stalin na União Soviética. As revelações de Nikita Khrushchov estimularam diversas cisões no MCI.

Muitos comunistas, desacreditados com a liderança soviética sob Khrushchov e o consequente processo de desestalinização, adotaram o maoísmo. Campos Filho (2012) destacou que o PC do B buscou fazer adaptações do maoísmo à realidade brasileira. Foram mantidas, porém, algumas concepções básicas, como a importância do espaço do campo para a instalação da Guerra Popular Prolongada, a atuação vanguardista do partido¹¹ – visto como responsável por liderar a revolução – e a busca de um futuro cerco das cidades pelo campo.

Quando o PC do B formulou o documento *Guerra popular* já havia militantes instalados na fronteira Araguaia-Tocantins. Estima-se que os primeiros militantes tenham chegado à região amazônica entre 1966 e 1967 (Brasil, 2014). Em 1972, o grupo chegaria a contar com cerca de sessenta e nove militantes, então somados a um pequeno número de moradores locais (cerca de vinte), que viriam a aderir à luta naquele ano e no seguinte (Campos Filho, 2012). Desse total, 62

⁸ Naquele contexto, também vinham ganhando destaque outros movimentos, como a resistência dos vietnamitas na Guerra do Vietnã; as lutas pela libertação do domínio europeu que resultaram na independência de diversos países africanos, bem como episódios de grande mobilização social, a exemplo das manifestações do maio de 1968 na França e as lutas dos negros por direitos civis no Estados Unidos.

⁹ Em 1922, foi formado o primeiro Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. Em 1961, esse partido passou a se denominar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. O novo Partido Comunista do Brasil (PC do B) foi formado a partir de dissidentes do PCB, em 1962. Contudo, os pecedebistas representam de forma distinta a sua história, considerando que sua formação enquanto partido não se deu em 1962, mas em 1922. A maior parte dos pesquisadores, contudo, considera o grupo como um novo partido, que, embora vinculado à história anterior do comunismo no país, teve sua emergência no início dos anos 1960. Ver Sales (2002).

¹⁰ Para uma análise crítica da atuação desses grupos, ver Reis (1989), Gorender (2014) e a coletânea organizada por Sales (2015b).

¹¹ Na época, o PC do B tinha uma visão divergente da linha cubana, baseada no foquismo, que não se baseava na ação vanguardista do partido comunista (PC do B, 1975).

pessoas¹² aparecem hoje na lista de guerrilheiros que foram vítimas de desaparecimento forçado no conflito (OEA, 2011), sendo que até o momento apenas os corpos de dois foram localizados e entregues aos familiares, o que dá mostra da extrema violência perpetrada por agentes de Estado contra o grupo. Alguns poucos sobreviveram após serem presos no início dos combates ou conseguirem fugir no período final da luta.

Quanto à instalação dos militantes do PC do B no local, Campos Filho destacou que:

Enquanto nas cidades a repressão abatia-se sobre os militantes de organizações de esquerda, atingindo seu auge nos anos 1968 a 1970, a região do Araguaia, no Bico do Papagaio, começava a receber novos moradores, diferentes dos que ali já viviam. Algumas áreas foram delimitadas para receber os militantes e implementar o trabalho revolucionário. Em três delas foram constituídas as bases militares: Faveira, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés¹³ [Destacamento A]; Gameleira, próxima ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos 50 quilômetros acima de São Geraldo, alcançando uma parte da Serra das Andorinhas [Destacamento B]; e Caiano, abaixo de São Geraldo na direção de Conceição do Araguaia [Destacamento C]. Em toda essa extensão, os novos moradores compraram posses, montaram roças e adquiriram castanhais. Alguns se instalaram também nos pequenos povoados onde se disfarçaram de pequenos negociantes (Campos Filho, 2012, p. 108).

Os pecedebistas buscaram manter contatos com a população, sem revelar explicitamente seus propósitos revolucionários. Procuravam evitar serem descobertos pelos agentes da Ditadura, ação que fora bem-sucedida por alguns anos, até que finalmente eles chamaram a atenção da malha repressiva montada pelos militares em nível nacional. Antes disso, porém, sua estratégia política consistia em não somente manter boas relações com os demais moradores como também conquistar a sua simpatia (Portela, 2002).

Com esse objetivo, ofereceram auxílios e serviços diversos, até mesmo em áreas como a saúde, a segurança e a educação. As assistências oferecidas aos moradores buscavam responder a demandas que não eram contempladas pelas políticas do Estado. Além disso, os militantes buscaram se integrar entre as diversas redes de sociabilidades locais, inclusive os espaços de trabalho, as festividades e as ações de cunho religioso (Campos Filho, 2012).

O grupo buscou, por um lado, mapear a região e, por outro, conhecer ao máximo os hábitos e costumes dos moradores, muitos dos quais também recém-chegados ao local, mediante deslocamentos desenvolvidos na esteira da implementação do PIN, mas também mediante uma longa história de migrações e do avanço da própria fronteira¹⁴. Para os futuros guerrilheiros, as matas, os rios e os igarapés eram locais de deslocamento, adaptação e treinamentos militares. O potiguar Glênio Sá (1950-1990), um daqueles poucos guerrilheiros que conseguiram sobreviver, relatou em seu testemunho algumas recordações do seu período de adaptação, após chegar ao local em 1970:

Comecei a sair com os vizinhos para caçar, convencido de que eles eram meus mestres em tudo o que dizia respeito à vida local. Como achar jabuti nas clareiras após as neblinas; com pegar e retirar o tatu do buraco; a inutilidade de perseguir cutia com cachorro; os cuidados com a aproximação dos bandos de porcos queixadas, subindo logo na primeira árvore forte; com tapar com segurança as tocas dos caíditos (porco-do-mato) e matá-los com fumaça de palha seca; ficar imóvel ao encontrar um veado e mirá-lo

¹² A lista total contempla 70 pessoas. Contudo, não foram achadas comprovações sobre oito moradores locais. Ao menos um deles foi posteriormente localizado, vivo, e indenizado pelo Estado brasileiro no ano de 2015 (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2010).

¹³ Apinajés é um distrito pertencente ao município de São João do Araguaia.

¹⁴ Para uma compreensão recente das migrações para o local nos anos 1970, em especial de maranhenses, ver Silva (2010).

com cuidado antes de atirar, considerando sempre a necessidade de ir procurá-lo morto, escondido próximo ao local do tiro; o perigo de atirar na onça sem matá-la; a matreirice da paca e a gostosura de sua carne; a capacidade do macaco guariba de enroscar seu rabo no galho da árvore, quando leva um tiro, para não cair no chão... enfim, ia aprendendo tudo da floresta e testava os ensinamentos na prática. Os caboclos ficavam impressionados com a nossa disposição de aprender e de superar nossas dificuldades (Sá, 1990, p. 8).

Observe-se que os moradores foram representados como “mestres” no testemunho de Glênio Sá. O trecho acima dá mostra das novas informações e saberes que os militantes – oriundos de diversos locais do país, sobretudo das regiões Sudeste, Nordeste e Sul – tiveram que acessar quando decidiram viver na Amazônia. Muitos, como o próprio Sá, não tinham experiência com o trabalho na roça e, menos ainda, com a vida na floresta. Essas experiências tinham de ser adquiridas com os moradores e com os militantes que já estavam estabelecidos.

No caso do Destacamento B, ao qual Sá fazia parte, já nesse período destacava-se Osvaldo Orlando da Costa (1938-1974), o Osvaldão, homem negro natural de Passa Quatro-MG, que se tornaria o comandante daquele destacamento. Osvaldão foi um dos primeiros a se instalarem na Amazônia, tendo exercido ofícios como mariscador¹⁵, comerciante, garimpeiro, entre outros. Graças à sua profunda imersão entre os moradores, tornou-se um importante elo entre estes e os membros do PC do B ali estabelecidos. Antes de partir para o Araguaia, Osvaldo foi estudante da Escola Técnica Nacional (ETN), no Rio de Janeiro, e iniciou graduação em Engenharia¹⁶ na Tchecoslováquia. No Rio, foi campeão de boxe amador e integrou o Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR) (Joffily, 2008).

Como apontado por Joffily, no início da década de 1960, Osvaldo largou a graduação e a vida entre os tchecos para retornar ao Brasil, após diálogo com o dirigente comunista Pedro Pomar (1913-1976), uma das lideranças do PC do B. Naquele período, já estavam se acirrando as disputas políticas no país, num processo que culminaria com o golpe que destituiria o presidente João Goulart e daria início à ditadura militar.

Osvaldão e a guerrilheira Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina (1945-1974), ligada ao Destacamento C¹⁷, estão entre os guerrilheiros mais lembrados pelos moradores do Araguaia. Tiveram destaque seja pela proximidade estabelecida junto aos moradores, seja pela destreza apresentada nos conflitos com os militares, tendo conseguido sobreviver a embates realizados no interior da floresta. Devido a isso, passaram por um processo de mitificação, iniciado ainda durante os combates¹⁸. Segundo Campos Filho:

O fato é que Dina se impusera pela disposição de servir à população, fosse dando aulas para as crianças e jovens ou ajudando nos partos nas cidades e roças, mesmo nas mais distantes, e sua firmeza em enfrentar as dificuldades fazia transparecer para o povo da região a imagem de uma pessoa valente e decidida, e isso, sem dúvida, contribuiu para sua mitificação (Campos Filho, 2012, p. 127).

Campos Filho (2012, p. 115). apontou algumas características do conjunto de guerrilheiros:

¹⁵ O mariscador era responsável pela caça e venda de carne de onça e outros animais, como o gato maracajá.

¹⁶ Joffily afirmou que Osvaldão cursava Engenharia de Minas. Porém, segundo Eduardo Pomar, colega de curso do guerrilheiro, Osvaldo estava vinculado ao curso de Engenharia Mecânica (Encontro na Antibabilônia, 2017).

¹⁷ No segundo ano de conflito, Dina tornou-se vice-comandante do referido destacamento.

¹⁸ Ver a respeito, Teles (2014). Sobre a trajetória de Dina e a atuação das mulheres guerrilheiras, ver Cavalcanti Júnior (2020).

Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, com 37,07% universitários e 6,74% secundários); médicos, enfermeiras, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%), aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.

De acordo com Glênio Sá, depois de muitas dificuldades de adaptação, o grupo viu de forma esperançosa o desfecho do ano de 1971. O processo de adaptação dos militantes era árduo e incluía, no caso de muitos, o contato com doenças bastante presentes na região amazônica, sobretudo para quem vivia na floresta, como a malária. Além disso, o grupo entrava o ano de 1972 tendo superado uma série de outras dificuldades. Alguns guerrilheiros haviam adquirido um castanhal, outros viram progredir o trabalho nas roças e, em conjunto, o grupo vira aumentar sua aproximação com os moradores. Evidentemente, muitas tensões continuavam ocorrendo. Alguns militantes não se adaptaram àquele estilo de vida, e acabaram deixando a região, o que acabou sendo um dos fatores que favoreceram a descoberta do movimento pelos militares (Campos Filho, 2012; Moraes e Silva, 2005).

Em seu testemunho, Glênio Sá destacou em específico as festividades realizadas pelo grupo que atuava próximo ao rio Gameleira (Destacamento B) durante o réveillon¹⁹:

Resolvemos comemorar o ano novo. No dia 31 de dezembro [de 1971] estavam todos no castanhal do Ferreira, inclusive Tio Cid [João Amazonas, 1912-2002]. A programação começou logo cedo com a preparação de uma emboscada simulada, no caminho que ia para a nossa casa no Gameleira. O local tinha chamado a atenção do nosso comandante [Osvaldão, comandante do destacamento]. O resultado dessa emboscada foi um veado mateiro morto por Osvaldão para a nossa festa, que ia ter também polenta, feijão, arroz, carne de paca, caititu, palmito de babaçu e muito leite de castanha-do-pará (Sá, 1990, p. 12).

O relato de Sá guarda certa nostalgia ao lembrar aquele que foi um dos últimos momentos de celebração vivenciados pelo grupo. Note-se que o trecho acima trata tanto de um dos treinamentos realizados sob a liderança de Osvaldão como também da utilização de vários itens da culinária local na festividade, o que denotava a capacidade de utilização de recursos da floresta para a alimentação do grupo e exemplificava como eles haviam conseguido avançar na adaptação à realidade local. Após tratar do desfecho da caçada e do treinamento, Sá fez alusão a um episódio que demonstra as emoções expressas pelos comunistas naquele dia:

Entramos no local da nossa festa, o Osvaldão na frente com o [veado] mateiro sobre os ombros, em fila indiana, cantando a Internacional. Foi emocionante. Tio Cid [João Amazonas], quando ouviu o hino dos proletários saindo de dentro da floresta cantado por um bando de homens armados virou um menino traquinas, saltando no terreiro da casa (Sá, 1990, p. 12).

O clima de animação, porém, seria desfeito dali a pouco mais de três meses. Logo, os agentes da ditadura iriam contrapor os objetivos dos pecedebistas. Além disso, em breve, a capacidade de sobrevivência do grupo no interior da mata, demonstrada naquele 31 de dezembro, seria profundamente testada.

O testemunho de Sá também apresenta percepções importantes sobre o contexto. Os futuros guerrilheiros acompanharam com atenção modificações e eventos que ocorriam nos seus arredores, a exemplo das grandes operações militares realizadas em 1970 e 1971, bem como a

¹⁹ Esse evento também foi destacado por Joffily (2008).

chegada da rodovia Transamazônica. Por outro lado, seu testemunho também faz alusão a pequenas disputas por terra que já ocorriam naquele momento, inclusive em espaços ocupados por membros do Destacamento B, nos arredores do rio Gameleira. Como sabemos hoje, aquelas disputas se acirravam intensamente nas décadas anteriores, como já haviam ocorrido nas décadas precedentes em outros locais atingidos pelo avanço da fronteira, em processos costumeiramente marcados pela degradação do humano (Martins, 1996).

A LUTA ARMADA CHEGA AO ARAGUAIA

Entre o final de 1971 e o início de 1972, os militares passaram a reunir informações, em áreas diversas do país, que indicavam que “subversivos” estavam em atuação nos arredores da área conhecida como Bico do Papagaio, a citada confluência entre Pará, Goiás (atual Tocantins) e Maranhão. Por um lado, os indícios apontam para informações conseguidas junto a militantes que haviam deixado a área, em virtude da falta de adaptação ou problemas de saúde, e que, “presos devido ao cerco que os órgãos repressivos desenvolviam nas cidades” (Campos Filho, 2012, p. 133), acabaram revelando a presença de militantes comunistas naquele espaço amazônico. Naquele momento, a rede constituída em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI) e outros órgãos da polícia política do Estado estavam não apenas em plena atividade como também realizavam ações cada vez mais coordenadas.

Nos últimos anos, surgiram novos indícios de que os militares reuniram outras informações, a partir também de questões locais. Segundo Campos Filho (2012, p. 113):

Por ser uma região de conflitos de terras, presentes e latentes, o aumento do número de pessoas com características semelhantes entre si e a assistência que prestavam ao povo da região atraíram a suspeita da Política Militar. Envolvida constantemente nos litígios entre posseiros e grileiros, quase sempre a serviço destes últimos, a PM obteve informações dos fazendeiros, daqueles que adotavam o grilo como forma de expandir suas terras, de que pessoas estranhas estariam instigando os camponeses, ensinando-os a ler e tratando de suas doenças. Com base nessas informações, pessoal especializado foi enviado à região e constatou tratar-se de estudantes subversivos que fugiam das cidades para refrescar-se, ou seja, fugir da repressão.

Porém, a divisão por subgrupos adotada pelo PC do B e a amplitude da área dificultavam que os militares tivessem desde já a compreensão do total de pecedebistas no local, bem como sobre sua localização exata. Naquele momento, entre as principais lideranças do partido no Araguaia, se encontravam Maurício Grabois (1912-1973), que se tornaria o comandante da guerrilha, o já citado João Amazonas (1912-2002), além de Elza Monnerat (1913-2004) e Ângelo Arroyo (1928-1976)²⁰.

Em 12 de abril de 1972, as Forças Armadas, sob a liderança do Exército, atacaram uma base de apoio dos “paulistas”, vinculada ao Destacamento A. Os militantes do PC do B resolveram resistir a essa investida e colocar em prática seus planos quanto à luta armada. Deslocaram-se então para áreas no interior da floresta. Em virtude disso, parte da população passou a chamá-los de

²⁰ Todavia, Amazonas e Monnerat acabaram não participando do período de combates, pois haviam se deslocado pouco antes para São Paulo. Naquele período inicial, as lideranças revezavam-se quanto ao deslocamento para atividades partidárias em outros locais. Segundo a versão de ambos, em abril de 1972, quando retornavam, foram surpreendidos pelo cerco militar, já instalado nas vias de acesso à região, o que teria lhes impossibilitado o retorno às áreas dos destacamentos (Campos Filho, 2012; Garibaldi, 2005).

“povo da mata”. Em breve, o grupo passaria a se autodenominar como Forças Guerrilheiras do Araguaia e a fazer comunicados – o primeiro data de 25 de maio de 1972 (Mechi, 2012) – direcionados à população e às autoridades²¹.

As ações militares se baseavam na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que era fundamentada na concepção de inimigo interno e há muito vinha servindo como um dos pilares de sustentação do próprio regime, fortemente calcado no anticomunismo e na perseguição de opositores políticos (Coimbra, 2000). A DSN fora desenvolvida, durante a década de 1950, na Escola Superior de Guerra (ESG) (Fernandes, 2009) e tinha relação direta com doutrinas semelhantes difundidas pelo bloco capitalista, especialmente pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, e eram aplicadas em diversas partes do mundo (Hobsbawm, 1995).

Não demorou para que os guerrilheiros fossem taxados como “terroristas” diante da população, termo até então desconhecido por muitos dos moradores, por ser alheio à sua realidade (Fernandes, 2010). A DSN e o PIN eram faces de um mesmo processo de modernização autoritária (Motta, 2014) encabeçadas pelos militares e seus apoiadores civis. Análises recentes apontam que, além da DSN, parte da atuação dos militares no Araguaia esteve centrada em princípios da chamada Doutrina da Guerra Revolucionária, desenvolvida por militares franceses e também muito difundida naquele período de Guerra Fria, em especial na repressão a guerrilheiros e grupos independentistas atuantes em espaços do dito Terceiro Mundo (Chirio, 2012; Martins Filho, 2012). De acordo com Martins Filho (2012, p. 520):

A partir da derrota para os vietnamitas em Dien Bien Phu (1954) e da subsequente eclosão da luta da Frente de Libertação Nacional na Argélia, militares [franceses] que combateram ou combatiam nessas últimas frentes coloniais, construíram um corpo de idéias destinado a unificar o pensamento e estimular a ação de seus homens. Tal doutrina foi batizada de *guerre révolutionnaire*.

Essa doutrina representava uma adaptação das concepções militares à chamada guerra irregular, definida por Visacro como “todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular” (2018, p. 14). Ocorre que muitas técnicas usadas, por exemplo, pelos militares franceses na Argélia se baseavam em formas de violência que também se materializariam no Brasil durante a Ditadura e especialmente no Araguaia (Martins Filho, 2012), como aprisionamentos em massa de civis, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e outras ações marcadas pelo Terror de Estado.

Não foi de forma descontextualizada que concepções militares cunhadas na busca pela manutenção do poder colonial europeu acabaram sendo reapropriadas no Brasil durante um intenso processo de colonização interna, para, sob a retórica da defesa da segurança nacional, defender projetos que, em princípio, foram planejados muito longe da região amazônica e que, em última instância, serviam a interesses alheios às demandas dos moradores da região. Isso não significa que a população local estivesse alinhada, por outro lado, com a visão política dos guerrilheiros, mas que não se devem perder de vista os mecanismos da colonialidade do poder (Quijano, 2005) em jogo nas ações dos militares e nos projetos que eles defendiam.

²¹ Ver alguns deles na compilação de documentos reproduzida em: Garibaldi (2005).

No Araguaia, os militares realizaram diversas ações que afetaram os moradores locais, a exemplo dos conhecidos aprisionamentos de camponeses e da queima de roças, e da coerção para que alguns dos moradores (camponeses e indígenas Aikewara) servissem de guias na locomoção das tropas no interior da floresta (Portela, 2002). Como discutido desde Portela, a ideia era tanto provocar o rompimento de elos entre guerrilheiros e a população local como destruir locais que pudessem servir de reabastecimento de suprimentos por parte dos guerrilheiros. Além disso, buscava-se também gerar um grande impacto em nível local, de modo a dissuadir o apoio dos moradores à Guerrilha.

Entre os afetados, estava a família de Eduardo Rodrigues dos Santos, morador de São João do Araguaia, que vivia nas proximidades de guerrilheiros ligados ao Destacamento A. Segundo depoimento dado em 2012 à CNV por seu filho, Lauro Rodrigues dos Santos (Figura 1):

E, em setenta e dois, em abril de setenta e dois, o pessoal do Exército invadiram a nossa residência, do Araguaia; e meu pai, o Eduardo,²² tá aqui presente, oitenta e sete anos, foi o primeiro a ser preso, o primeiro trabalhador rural a ser preso. Passou quatro meses preso e, entre aqui o Marabá, tiro de guerra, e Belém; depois, ele foi liberado. O pessoal do Exército foi na nossa região novamente. Metralhou a casa dos guerrilheiros, toda. Derrubaram. Botaram fogo também na nossa casa e nós, meu pai cum [emociona-se] dez filhos teve que sair correndo pra cidade, atravessando o rio, pra não ser metralhado, de noite, na ilha. E, de lá tivemos que sair pra cidade, sem poder, sem ter condições. Minha mãe, que já é falecida, foi ser boleira aqui em Marabá. Fazer bolo. Pra vender. Pra criar a gente (Santos, 2012, s.p.)

Figura 1 – Lauro Rodrigues dos Santos em depoimento à Comissão Nacional da Verdade na Câmara Municipal de Marabá, 2012.



Fonte: CNV (2012) (5°21'47,36"S | 49°07'26,43"O).

²² Eduardo Rodrigues dos Santos faleceu no município de Marabá, em setembro de 2019.

Portela (2002) apresentou relato de morador que presenciou humilhações públicas afligidas pelos militares a Eduardo. Todavia, o restante da família do camponês também acabou sendo atingida pela violência militar. Nas palavras de Lauro Rodrigues:

Mas antes, eu sofri um acidente lá. Com três mês que tinha começado a Guerrilha, eu, tava o Sabino²³, que era um filho, irmão meu de criação, ele achou uma bomba, uma granada, deixada lá pelo Exército, porque, segundo eles, era deles, que eles fizeram perícia. (...) Talvez eles tenham perdido, deixado, esquecido lá no local. E eu perdi a mão [esquerda], naquele momento, fiquei todo quebrado. O Sabino morreu na hora e, o corpo dele a gente não sabe onde foi sepultado, até hoje a gente não sabe. E esse período a gente ficou lutando pela vida, para sobreviver e criar. Os mais velhos ajudando a criar os mais novo. E assim a gente vem na luta até hoje (Santos, 2012, s.p.).

O corpo de Sabino jamais foi entregue aos familiares. Com o passar dos dias, foram se multiplicando no local casos de terror como aquele, o que ajudou a constituir um contexto de medo, que não iria se dissipar mesmo após a derrota do movimento guerrilheiro. Sader (1990), em pesquisa na fronteira Araguaia-Tocantins, realizada no final da década de 1980, constatou que o medo, oriundo daquela época, ainda estava amplamente presente no local. Ainda hoje, apesar do contexto de maior abertura (discutido ao final do capítulo), muitos moradores evitam falar abertamente sobre o tema, com medo de represálias.

Entre abril e junho, durante a primeira campanha, os militares buscaram consolidar sua ocupação, atuando a partir de dois extremos: um situado no então norte goiano, em Xambioá, hoje pertencente ao estado do Tocantins, e o outro em Marabá, no estado do Pará. Outros pontos de apoio para as operações foram instalados em locais diversos pela região, a exemplo da conhecida base da Bacaba, próxima a São João do Araguaia.

A partir de setembro, os militares voltaram a realizar grandes movimentações de tropas:

A essa primeira operação, sucedeu uma segunda, intitulada Operação Papagaio, quando foram mobilizados aproximadamente 5 mil homens. O Estado brasileiro, por meio das ações militares das Forças Armadas, especialmente do Exército, empreendeu grandes recursos logísticos para que tais campanhas fossem bem-sucedidas (Brasil, 2014, p. 689).

A segunda campanha, contudo, baseou-se também na promoção de ações assistencialistas, por intermédio da Ação Cívico-Social (Aciso) promovida pelo Exército. Não se tratava da imediata montagem de uma infraestrutura permanente que permitisse o acesso dos moradores a direitos básicos (saúde, educação, segurança, garantia de direitos trabalhistas, entre outros) que até então lhes eram negligenciados, mas uma ação esporádica, visando demonstrar à população uma outra face do regime militar. Segundo Campos Filho (2012, p. 153):

De qualquer forma, com base nos levantamentos feitos na área, que apontaram as necessidades principais daquela região miserável, até então completamente esquecida, o Exército passou a desenvolver ali a chamada Operação Aciso (...), visando a atender a população naquilo que era mais essencial. Como se tratava de uma área que jamais merecera atenção, tudo estava ainda por fazer. Procurando abranger toda a área conflagrada, a operação Aciso²⁴ levou para a região médicos e dentistas, distribuiu remédios e vacinas em grandes quantidades, patrulhou estradas, legalizou posses, doou terras através do Incra e

²³ Em 2023, Sabino foi homenageado com a 35ª Medalha Chico Mendes de Resistência, por parte do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ).

²⁴ Martins (1985) destacou como a Aciso estava situada em um rol de medidas realizadas diretamente pelos militares, no espaço do campo, como forma de instituir a militarização da questão agrária no país.

ainda perseguiu pistoleiros e grileiros. Vários fazendeiros foram obrigados a resolver a situação trabalhista de seus peões, inclusive com o pagamento de Funrural e assinatura de carteiras de trabalho.

As operações militares realizadas no ano de 1972, porém, não foram capazes de derrotar os guerrilheiros. Para Campos Filho (2012, p. 150), os militares “saíram moralmente derrotados”, porque, apesar de realizarem o aprisionamento e morte de alguns ditos “subversivos”, não conseguiram pôr fim à guerrilha, mesmo se tratando de uma disputa bastante assimétrica; além disso, ainda tiveram algumas baixas. A mais conhecida delas foi a morte do cabo do Exército, Odílio da Cruz Rosa, pertencente à 5ª Companhia de Guardas de Belém, ocorrida em 8 de maio de 1972, em confronto com guerrilheiros do Destacamento B²⁵. Nos dias seguintes, os militares tiveram grande dificuldade em conseguir recuperar o corpo do cabo Odílio Rosa, o que evidenciava o despreparo para as operações no interior da floresta (Moraes e Silva, 2005)²⁶.

Como dito acima, algumas operações militares chegaram a movimentar milhares de soldados, incapazes de localizar e dar fim a um movimento composto por apenas algumas dezenas de combatentes, que usavam armamentos precários e tinham no geral pouca experiência militar. Um exemplo do amplo contingente de tropas mobilizados pode ser visto em rara reportagem que circulou nacionalmente ainda durante o período da guerrilha, intitulada “Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso”, publicada em 24 de setembro de 1972, no jornal O Estado de São Paulo.

Naquele momento, estava em pleno vigor censura prévia²⁷ e o governo realizava forte controle sobre o que podia ou não ser publicado na imprensa, tanto que o tema do Araguaia praticamente só voltaria a ser veiculado de forma aberta pelos jornais do país entre 1978 e 1979, após a queda da censura, o fim do AI-5 e o início da lenta transição para o regime democrático (Dória et al., 1978; Portela, 2002).

O enviado especial (anônimo) do Estado de São Paulo a Xambioá-TO, então um pequeno município pertencente ao norte goiano, registrou a presença de militares das três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) no local:

Em Xambioá, não é difícil identificar as unidades do Comando Militar do Planalto, que estão combatendo: Batalhão de Guarda Presidencial, 8º grupo de Artilharia Anti-aérea, Regimento de Cavalaria de Guarda, Polícia do Exército, de Brasília; 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia; 6º Batalhão de Caçadores, de Ipameri; e 36º Batalhão de Infantaria, de Uberlândia. Com essas unidades, estão, também, as forças do Comando Militar da Amazônia e da 12ª Região Militar (Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso, 1972, p. 27).

Além disso:

Da aeronáutica, se encontram unidades da 1ª Zona Aérea, de Belém, da 6ª Zona Aérea, de Brasília, e da 3ª Zona Aérea, do Rio de Janeiro. A Marinha só se reuniu ao grupo a partir da semana passada: uma tropa do Grupamento de Fuzileiros Navais, de Brasília, foi transportada por aviões Hércules até Carolina

²⁵ Por uma questão de limites, não serão detalhadas neste texto as baixas envolvendo guerrilheiros, militares e membros da população local. Ver Brasil (2014) e Moraes e Silva Moraes e Silva (2005).

²⁶ Na memória militar sobre a Guerrilha do Araguaia, o cabo Rosa acabou se tornando um símbolo da luta contra os comunistas. Hoje, existe uma base vinculada ao 52º Batalhão de Infantaria da Selva, entre São João do Araguaia e Marabá (PA), denominada Base de Selva Cabo Rosa. Ver Reis (2021).

²⁷ Em 1967, fora promulgada a Lei nº 5.250, conhecida como Lei da Censura. Já no contexto pós AI-5, que contava com uma maior perseguição à liberdade de expressão e aos direitos individuais, foi promulgado o Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia.

e, dali, seguiu de caminhão até os acampamentos (Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso, 1972, p. 27).

A matéria fez referência ainda a agentes da polícia federal e à participação de policiais militares dos estados envolvidos, que estavam incumbidos de realizar ações nas vilas e estradas. É importante frisar que este amplo contingente não correspondia ao total de militares que atuaram nos dois anos de combates no local, mas apenas aos grupos identificados naquele momento na base de Xambioá. Em Marabá e na Bacaba, havia outros grupos. Além disso, também houve modificações nos agrupamentos participantes durante os cerca de dois anos de conflitos. Finalmente, alguns deles não foram nomeados diretamente na reportagem citada²⁸, a exemplo dos oficiais de inteligência que acabariam tendo intensa participação no cotidiano de combates à guerrilha, que eram do Centro de Inteligência do Exército (CIE). Entre eles, se encontrava Sebastião Rodrigues de Moura (1934-2022), que passaria a ser conhecido no local como o Major Curió, militar que teria forte influência no local nas décadas seguintes²⁹.

Curió e outros oficiais atuavam disfarçados na região, como agentes de órgãos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Após o fim da guerrilha, ele continuou sendo bastante ativo na desmobilização de grupos ligados à luta pela terra (Pereira, 2015). Nos anos 1980, foi designado pelo governo Figueiredo (1979-1985) para administrar o garimpo de Serra Pelada e, já na reserva, acabou tornando-se deputado federal (1983-1987) e prefeito do município criado nas proximidades daquele garimpo (Nossa, 2012). O fato de o referido município, emancipado em 1988 e instalado em 1989, ter recebido o nome de Curionópolis e ter tido o próprio Curió como prefeito em dois mandatos consecutivos (2001-2008) dá uma mostra da persistência do autoritarismo em nível local.

O TERROR DE ESTADO E A ESTRATÉGIA DE APAGAMENTO DE RASTROS

A reportagem de O Estado de São Paulo fez ainda o registro de uma das estratégias de tortura amplamente usadas pelos militares no local, conhecida como “buraco do Vietnã”:

Há, nos acampamentos, muitos oficiais de informações, inclusive do Cenimar, que interrogam os prisioneiros. Esses foram todos reunidos num enorme buraco cavado na terra e coberto por uma rede de arame farpado. Acima do buraco, três soldados mantêm guarda permanente (Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso, 1972, p. 27).

Silva (2008, p. 15) designou como “teatro do terror” diversas das estratégias utilizadas pelos militares durante o combate aos guerrilheiros. Essas estratégias iam muito além do “buraco do Vietnã”:

Na visão dos militares, apenas a morte dos guerrilheiros não era o suficiente. Era necessário exibir o corpo daqueles que haviam se colocado contra o governo, fotografar, cortar a cabeça e comemorar suas mortes. Tudo isso demonstra, na nossa visão, um verdadeiro teatro de terror ao qual a população estava submetida durante os anos de guerra. Teatro este bastante presente nas narrativas dos moradores da

²⁸ Para um melhor detalhamento dos agrupamentos militares em atuação, bem como das linhas de comando, ver Brasil (2014).

²⁹ Apesar de ser denominado como Major, Sebastião Curió entrou para a reserva como tenente-coronel. Curió repassou para Nossa (2012) a informação de que ao menos quarenta guerrilheiros foram executados por militares no Araguaia, quando já se encontravam sob custódia. Até o momento, contudo, essa e outras informações reunidas nos últimos 50 anos não resultaram em condenações individuais aos perpetradores de violência.

região. Por outro lado, da mesma forma que os militares instituíram o teatro do terror, os guerrilheiros também criaram o seu contrateatro, isto é, estratégias para levar o pânico e o medo aos recrutas que não conheciam a mata (Silva, 2008, p. 15)

Por vezes, tais ações são lidas como mero sadismo de alguns oficiais. Contudo, a sistematicidade das ações e o conhecimento das concepções militares que as embasavam dão mostras de que elas estavam inseridas entre as práticas de terror de Estado, bastante acionadas durante aqueles anos no país (Brasil, 2014).

Desde fins de 1972 e, sobretudo, durante o ano de 1973, os militares resolveram alterar bruscamente a estratégia de combate aos guerrilheiros. Passaram a usar estratégias mais efetivas ao tipo de combate estabelecido pelos pecedebistas. Uma guerra de guerrilhas costuma se basear não no enfrentamento de grandes exércitos, pois, como dito acima, é considerada como uma forma de guerra irregular. Para combatê-la, considera-se como mais efetivo não o deslocamento de grandes contingentes militares, como ocorrido no Araguaia nas duas primeiras campanhas, mas ações mais específicas. Nesse sentido, os militares, em primeiro lugar, realizaram um recuo, que durou entre o fim de 1972 e outubro de 1973.

O guerrilheiro Ângelo Arroyo definiu aquele período como “período de tréguas”, em seu relatório. Naquele período, os guerrilheiros buscaram se reestruturar e retomar o contato com os moradores. Já haviam criado a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), por intermédio da qual buscavam tentar ampliar o apoio da população local. Agora, buscavam fazer política de forma explícita, em contatos feitos com diversos moradores (Arroyo, 1980).

A plataforma de atuação da ULDP fora exposta por meio do chamado Programa Popular, ou Programa dos 27 Pontos, que trazia uma leitura dos principais problemas e demandas da população local. Esse programa acabou adaptado para a literatura de cordel pelo guerrilheiro baiano Rosalindo Souza (1940-1973), o Mundico. Todavia, em contrapartida a essa busca dos guerrilheiros por se aproximarem dos moradores, entre maio e outubro de 1973, foi executada pelos militares a Operação Sucuri.

Uma série de agentes, à paisana, foram infiltrados na região, buscando passar-se como migrantes que estavam se estabelecendo no local. O propósito da operação não era iniciar desde já um combate direto, mas colher informações. Eles buscavam compreender tanto como funcionavam as redes de apoio aos guerrilheiros como também as formas de deslocamento dos comunistas e suas possíveis localizações.

Tais redes de apoio não significavam uma adesão massiva dos moradores à guerrilha, algo bastante dificultado, entre outros fatores, pela ameaça sempre presente de retorno dos militares. Por outro lado, alguns moradores colaboravam para que os guerrilheiros conseguissem alimentos e informações. Para Figueiredo (2022, p. 26), os gestos de apoio de alguns membros da população local em relação aos guerrilheiros estavam baseados em uma relação de reciprocidade: “Destacamos a importância dessa reciprocidade construída, explicada pelo fato de que muitos guerrilheiros também fizeram uso de suas profissões de origem e auxiliaram, na medida do possível, a vida sofrida daquela população camponesa”.

Em outubro de 1973, as Forças Armadas deram início à operação Marajoara. Essa operação ocasionou a derrota da guerrilha. Porém, foi marcada também por um elevado número de

atrocidades, a exemplo da maior parte do desaparecimento forçados de guerrilheiros e execuções extrajudiciais. Além disso, os militares promoveram dois massacres, em outubro e dezembro, que puseram fim ao movimento. Um deles, no Natal de 1973, pôs fim à vida de Maurício Grabois, comandante da guerrilha (Brasil, 2014).

Nos meses seguintes, os guerrilheiros sobreviventes passaram a se deslocar em pequenos grupos ou individualmente. Em alguns casos, alguns deles passaram meses se escondendo de forma solitária e lutando contra a fome, os animais selvagens e outros riscos encontrados na floresta. Os guerrilheiros presos nessa fase, contudo, ao contrário do que ocorreu com ao menos parte dos aprisionados no ano de 1972, jamais voltaram a ser vistos.

Os relatos dos camponeses que atuavam em colaboração aos militares, em especial como guias, e mesmo de alguns oficiais militares, têm apontado que ocorreram inúmeras execuções extrajudiciais, efetuadas não somente no espaço da floresta, mas em muitos casos – como dito acima em relação ao depoimento de Sebastião Curió para Nossa (2012) – executadas após os comunistas já se encontrarem sob a custódia militar. Existem denúncias que apontam que espaços como a Casa Azul³⁰, (Figuras 2 e 3) situada nas dependências do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em Marabá, e outros locais, como as citadas bases da Bacaba e Xambioá, foram extensamente utilizadas para tortura e morte de prisioneiros.

Figura 2 – Aspecto da Casa Azul, estrutura presentemente utilizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Marabá, 2016.



Foto: Lucas França Rolim (5°21'31.5"S | 49°07'25.8"O). 📍

Oficiais militares que atuaram no combate aos pecedebistas ou membros do establishment ditatorial defenderam as ações dos militares por meio da concepção de “guerra suja”, segundo a qual, em um conflito como aquele, os dois lados acabavam sendo levados a cometer atitudes extremas. Todavia, esse discurso encobre tanto a característica assimétrica do conflito, quanto, por outro lado, tira o foco de uma questão central, abordada acima: as execuções sumárias estavam atreladas a uma política de Estado (Brasil, 2014).

Gaspari (2014) já havia divulgado documentos presidenciais que apontavam que vinham de cima as ordens para que não fossem deixados sobreviventes naquela fase final do conflito. Em

³⁰ Ver Luiz, Reis e Silva (2018).

2018, documentos do período divulgados pela CIA³¹ explicitaram ainda mais o terror de Estado aplicado no Araguaia e em outros locais do Brasil, reafirmando que as ordens para que não apenas os guerrilheiros, mas uma série de opositores fossem eliminados, haviam sido discutidas no próprio gabinete da presidência (Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura, 2018). Conforme noticiado pela imprensa, em 2018: “Um memorando secreto da CIA diz que o general Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, sabia e autorizou execução de opositores durante a ditadura militar” (Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura, 2018, s.p.). Ainda conforme a reportagem:

O memorando relata um encontro entre Geisel, João Batista Figueiredo [que se tornaria o sucessor de Geisel na presidência], então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e os generais Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino, ambos na ocasião no Centro de Inteligência do Exército (CIE) (Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura, 2018, s.p.).

Figura 3 – Ex-soldado Manoel Messias Guido Ribeiro (à esquerda) e o anistiado político Pedro Matos do Nascimento (à direita) nas dependências da antiga Casa Azul³², Marabá, 2014.



Fonte: CNV (2023b) (5°21'31,5"S | 49°07'25,8"O).

³¹ “O documento, de 11 de abril de 1974, foi elaborado pelo então diretor da CIA, William Egan Colby, e endereçado ao secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger. Tornado público recentemente pelo governo americano, ele foi revelado pelo pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV)” (Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura, 2018, s.p.)

³² O espaço fica hoje nas dependências do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), situado no núcleo Cidade Nova, às margens do rio Itacaiúnas e da Rodovia Transamazônica, em Marabá-PA.

Segundo Teles, não somente a morte de opositores, mas também o desaparecimento forçado, foram marcas do período de distensão política ocorrido durante o governo Geisel, no qual preparava-se o terreno para o retorno dos civis ao controle da máquina estatal. Nesse sentido, Teles (2020, p. 266) chamou atenção para:

[...] o papel central desempenhado pelo ‘desaparecimento forçado’ na promoção do projeto de distensão política, que levou em conta sua relevância operacional, assim como sua utilidade como meio eficaz de evitar maior desgaste ao governo. No início dos anos 1970, o custo político resultante da difusão de denúncias de violações dos direitos humanos e dos efeitos provenientes dos abalos iniciais do ‘milagre econômico’ despontava no horizonte institucional da ditadura. Neste momento, o desaparecimento forçado se apresenta como um instrumento estratégico para amenizar os primeiros sinais de erosão da legitimidade dos militares, bem como para construir uma imagem de ‘moderado’ para Geisel e os ‘castelistas’, facilitando o diálogo com a ‘oposição responsável’ e a impulsão do projeto de ‘descompressão política’.

Finalmente, diversos relatos, incluso de ex-militares, têm apontado para a ocorrência de uma “Operação Limpeza”³³, a partir de 1975, no qual militares, com o auxílio de ex-guias, teriam localizado e destruído os restos mortais de guerrilheiros enterrados clandestinamente nas proximidades das bases operacionais e nas matas da região (Brasil, 2014). Esse ato contribuiu muito para que, até hoje, não tenham sido encontrados os restos mortais da maior parte dos pecebistas. Além disso, contribuiu para que os perpetradores de dezenas de atos de violência de Estado jamais fossem punidos. Por fim, têm possibilitado que até hoje sejam elaborados diversos discursos negacionistas em relação à Guerrilha do Araguaia e ao período da Ditadura no país.

LUTAS POR REPARAÇÃO

Gagnebin relacionou a lógica de apagamento de rastros usada na ditadura brasileira e em outras ditaduras militares na América Latina, durante a segunda metade do século XX, às ações análogas desenvolvidas pela Alemanha nazista. Em suas palavras:

A ausência total de túmulo e de rastros que pudessem servir de documentos ou de provas prepara assim, na lógica nazista, os raciocínios negacionistas posteriores. Em nosso continente, a luta dos familiares dos desaparecidos também se opõe à mesma estratégia política de aniquilação. Tortura-se e mata-se os adversários, mas, depois, nega-se a existência mesma do assassinio. Não se pode nem afirmar que as pessoas morreram, já que elas desapareceram sem deixar rastros, sem deixar também a possibilidade de um trabalho de homenagem e de luto por parte dos seus próximos (Gagnebin, 2006, p. 116).

As revelações em torno da Guerrilha do Araguaia foram constituídas à revelia de tais estratégias de apagamento. Alguns anos após terminado o conflito, em diversos locais do país, familiares dos guerrilheiros passaram a reivindicar perante o Estado brasileiro o direito a ter informações sobre o paradeiro de seus entes queridos. Essas reivindicações tomaram corpo principalmente a partir do final da década de 1970, quando ganharam corpo mobilizações em torno da anistia aos perseguidos políticos no contexto do regime.

³³ As revelações sobre a “Operação Limpeza” emergiram no debate nacional no início da década de 1990, a partir de revelações apresentadas por Pedro Corrêa Cabral, oficial reformado da Aeronáutica que combateu no Araguaia. As informações vieram à tona, inicialmente, em obra ficcional escrita pelo aviator, denominada Xambioá (Cabral, 1993). Com o passar do tempo, foram surgindo mais indícios sobre a ocorrência daquela prática, a partir de depoimentos de outros oficiais, bem como de antigos guias e outros moradores locais.

Nas reuniões em torno da anistia, os familiares receberam informações sobre a participação de seus familiares no conflito no Araguaia, sobretudo a partir de ex-guerrilheiros, como José Genoíno Neto, Criméia Alice Schmidt de Almeida, entre outros. Em 1980, diversos familiares realizaram uma caravana pela região do Araguaia, na qual reuniram informações, colhidas entre os moradores, a respeito da atuação dos guerrilheiros.

A partir de 1978 e 1979, jornalistas, como Portela (2002), Dória (1978) e outros, passaram a percorrer a região para também reunir depoimentos de moradores, que passaram a ser veiculados na imprensa e posteriormente em livros sobre o tema.³⁴ Aqueles e outros pesquisadores passaram a buscar também contatos com militares, guerrilheiros sobreviventes e outras pessoas que pudessem testemunhar sobre o conflito. Dessa maneira, a Guerrilha do Araguaia, que, apesar da grande repercussão, ainda hoje é pouco conhecida por boa parte dos brasileiros, passou a ser abordada de modo mais sistemático no debate público.

Durante aqueles anos finais do regime militar, na fronteira Araguaia-Tocantins, aos poucos foram tomando corpo outras formas de luta. Prosseguiram, porém, os mesmos efeitos já comentados das políticas militares para a Amazônia. Acentuaram-se, nesse espaço, os conflitos no campo (Pereira, 2015), tendo grande incidência – não de forma exclusiva – justamente naqueles locais onde outrora haviam atuado os militantes do PC do B e nas localidades, nos arredores. Em nível local, eclodiu uma série de outros conflitos, definidos por Peixoto (2011) como a “guerra” que veio depois da Guerrilha do Araguaia.

Alguns desses conflitos são vistos hoje como casos emblemáticos, como a Guerra dos Perdidos (1976)³⁵, o Massacre da Ponte (1987)³⁶, o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996)³⁷ e uma série de episódios envolvendo prisões arbitrárias e os assassinatos de camponeses, sindicalistas rurais, advogados, sacerdotes católicos, indígenas, ativistas ambientais e integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁸, ocorridos entre a década de 1980 e os dias atuais. Apesar de algumas condenações, na maior parte dos casos, porém, permanecem impunes³⁹.

A malha repressiva, composta por agentes do CIE e SNI, continuou bastante ativa no local, nos anos finais da Ditadura. Além disso, como aconteceu no restante do país, naquele período e na redemocratização, a Polícia Militar prosseguiu como uma das principais herdeiras institucionais do modus operandi montado desde 1964, sendo protagonista de boa parte dos massacres citados acima ou, em muitos outros, agindo com omissão quanto à proteção de lideranças ameaçadas de morte. Contudo, apesar da permanência da violência e do terror de Estado, uma série de ações protagonizadas pelos movimentos sociais, a exemplo do Sindicatos Rurais (SRs) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), continuam sendo executadas (Pereira, 2015).

³⁴ Por uma questão de limites, não serão discutidas aqui essas publicações. Entre as primeiras publicadas, destacaram-se também obras contendo documentos do PC do B (Arroyo, 1980) e do próprio movimento guerrilheiro. Algumas delas receberam sucessivas atualizações, como o livro editado por Garibaldi (2005). Análises críticas como a de Gorender (2014) tiveram suas primeiras versões publicadas nos anos 1980. Quanto às abordagens acadêmicas, elas passaram a despontar de formar mais aprofundada a partir do final dos anos 1980 e, sobretudo, entre a década de 1990 e os dias atuais.

³⁵ A respeito da Guerra dos Perdidos, ver Pessôa (2022b).

³⁶ Sobre o Massacre da Ponte, ver Ferreira (2019).

³⁷ Em relação ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ver Afonso (2016).

³⁸ Quanto a atuação dos religiosos católicos nos anos finais da Ditadura, ver Pessôa (2022a).

³⁹ Para uma visão conjunta desses episódios de luta pela terra no sul e sudeste do Pará, ver Pereira (2015).

Outras formas de luta dos moradores têm sido travadas no campo, pela busca por reparações pelas violências sofridas durante a Guerrilha do Araguaia. Nos últimos anos, camponeses e indígenas Aikewara conseguiram acionar a Justiça e apropriar-se dos direitos quanto à anistia às vítimas de violência de Estado durante o período da Ditadura. Embora, até o momento, dezenas destes já tenham sido anistiados⁴⁰, existem outras centenas que tiveram seus processos negados ou cujos pedidos ainda se encontram em tramitação.

Entre as leis que dão fundamento aos pedidos de anistia política, está a própria Lei da Anistia (Lei 6.683, de 1979). Essa lei, reivindicada inicialmente pelos familiares e vítimas da violência de Estado, ficou marcada por interpretações que até hoje têm impossibilitado que agentes da Ditadura sejam punidos por seus crimes (Teles, 2010).

Em 1995, por meio da luta dos familiares de mortos e desaparecidos, aludida acima, foi promulgada a Lei 9.140, que “Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências” (Brasil, 1995).

Essa lei possibilitou que, entre outras medidas, os familiares de desaparecidos políticos pudessem contar com um atestado de óbito, receber indenizações do Estado, bem como ter representação na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), vinculada ao governo federal, também criada por aquela lei. Tais medidas, entretanto, não contemplavam todas as demandas dos familiares, especialmente no que se refere à localização dos restos mortais de seus entes queridos – como dito acima, até hoje, apenas dois de mais de sessenta foram localizados –, assim como quanto à responsabilização dos perpetradores de violência.

As anistias requeridas por camponeses e indígenas baseiam-se também na Lei 10.559, “que definiu procedimentos acerca dos casos de requerimentos de indultos e respectivas reparações econômicas” (Figueiredo e Gomes, 2020, p. 294) às pessoas que foram vítimas da violência de Estado. Nesse sentido:

A Lei 10.559 abarca como marco temporal o período entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de declarar como anistiados os cidadãos que foram vítimas do arbítrio do Estado via perseguição comprovadamente político ideológica com prejuízos diretos ou reflexos nas atividades laborais. Igualmente, por força da Lei, institui uma Comissão de Anistia (CA), que exige para a construção do requerimento que a vítima apresente as provas relativas às perseguições exclusivamente políticas, assim como os prejuízos alegados, para que possa declarar a condição de anistiado e solicitar, portanto, a reparação pecuniária prevista em lei. Essa legislação possibilita que a própria CA busque nos órgãos competentes as informações que entenda como necessárias (Figueiredo e Gomes, 2020, p. 294).

Como destacou Reis (2021, p. 351), assim como tem ocorrido no caso dos familiares dos guerrilheiros, a memória social tem sido bastante acionada pelos moradores na busca por reparações:

Muitos camponeses se dispõem a relatar as experiências vivenciadas durante a repressão militar à organização guerrilheira, na expectativa de evidenciar as ‘violações à integridade’ e os ‘danos patrimoniais’ sofridos, no sentido de contribuir para que o Estado reconheça as condições legais para a concessão de anistia política e para a reparação das perdas materiais.

⁴⁰ Até 2015, 85 camponeses haviam recebido a anistia (Cazarré, 2015), bem como 14 indígenas Aikewara (Calheiros, 2015).

Esses usos da memória têm colaborado não apenas com o desenrolar dos processos individuais, mas também para o desvelamento de muitas informações, que passaram décadas sendo silenciadas. Têm colaborado também na contraposição aos discursos negacionistas, a exemplo daqueles levantados há décadas em relação à Guerrilha do Araguaia por membros da direita militar e setores conservadores, e que, nos últimos anos, têm sido incorporados por militantes da extrema direita (Almada, 2021)⁴¹.

Tais discursos, ao relativizarem as atrocidades do passado, dificultam que as gerações mais novas possam aprender com aquelas experiências dolorosas ou, como amplamente discutido nos últimos anos, evitem deixar brechas para que aquele tipo de prática continue sendo vista com naturalidade e siga, ainda que com outras características, sendo realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deflagração da Guerrilha do Araguaia completou cinquenta anos e muitas ressonâncias daquele conflito podem ser sentidas atualmente, seja nesse espaço da Amazônia brasileira, seja no debate público em nível nacional. Aquele conflito ocorreu em um período de intensa expansão geográfica e avanço capitalista sobre a região Norte do país, um processo que gerou grandes impactos na fronteira Araguaia-Tocantins e na região de Carajás.

Se, por um lado, a repressão aos guerrilheiros legou uma série de heranças autoritárias, em níveis nacional, regional e local, por outro, deixou também um legado de luta, seja na resistência apresentada pelos guerrilheiros quanto às ações autoritárias da Ditadura, seja na busca dos familiares pela punição dos perpetradores da violência de Estado, bem como na luta de camponeses e indígenas, que também continuam lutando pelo seu direito à reparação.

Ter contato com os rastros e heranças deixados pelo evento Guerrilha do Araguaia se configura como uma importante ferramenta de reflexão para a sociedade brasileira atual, que tem ainda boa parte da população inclinada a ver com naturalidade práticas e discursos autoritários. Desnaturalizar esse tipo de concepção é um dos desafios para que sejam construídas no país relações balizadas nos direitos humanos e na busca por políticas que, de forma efetiva, ponham fim à desigualdade social que ainda marca grande parte da população.

REFERÊNCIAS

Afonso, J. B. G. (2016). *O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. Marabá.

Almada, P. E. R. (2021). O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36 (106), 1-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610608/2021>

⁴¹ Nos últimos anos, tais discursos ganharam grande repercussão através das declarações do ex-deputado federal e ex-presidente Jair Bolsonaro, que tem pautado sua trajetória política em discurso e práticas ligadas à defesa da ditadura. Há décadas, Bolsonaro tem dado declarações que buscaram execrar a busca por mortos e desaparecidos, em especial no tocante ao Araguaia. (Almada, 2021). Essas declarações deram o tom do seu governo (2019-2022), no qual houve grande desmanche das políticas públicas em defesa dos direitos humanos, inclusive aquelas ligadas às políticas de memória e reparação às pessoas vitimadas pela Guerrilha do Araguaia.

- Arroyo, A. (1980). Relatório sobre a luta no Araguaia. In W. Pomar (Ed.), *Araguaia: O Partido e a Guerrilha* (pp. 249-274). São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- Brasil. (1995). *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília
- Brasil, C. N. d. V. C. (2014). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV.
- Cabral, P. C. (1993). *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record.
- Calheiros, O. (2011). BR-153: Uma estrada rompendo caminhos e relações. In B. Ricardo e F. Ricardo (Eds.), *Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010* (1 ed., pp. 485-486). São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Calheiros, O. (2015). No tempo da guerra: algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil. *Verdade, Memória e Justiça*, 9, 4-4.
- Campos Filho, R. P. (2012). *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas* (2 ed.). São Paulo: Anita Garibaldi.
- Cavalcanti Junior, A. A. (2020). *As Dinãs do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar*. [Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados]. Dourados.
- Cazarré, M. (2015). Camponeses do Araguaia recebem anistia política. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/camponeses-do-araguaia-recebem-anistia-politica-7351>
- Chacel, C. (2012). *"Seu amigo esteve aqui": A história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Chirio, M. (2012). *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- CNV. (2012). *Audiência Pública Araguaia: camponeses e indígenas vítimas*. . Acessado em 30 abr. em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>
- Coimbra, C. M. B. (2000). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em estudo*, 5 (2), 1-22.
- Corte Interoamericana de Direitos Humanos. (2010). *Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") versus Brasil*. Sentença: 24 nov. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf
- Dória, P., Buarque, S., Carelli, V. e Sautchuk, J. (1978). *História imediata. Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura. (2018, 10 maio). *G1 (online)*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtm>
- Em Xambioá, a luta é contra guerrilheiros e atraso. (1972). *O Estado de São Paulo*, 27. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/>
- Encontro na Antibabilônia. (2017). *Sem informação sobre direção*, Canal TV Grabois. Editado do documentário original de 1961. Acessado em ago. 2017 em <https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>
- Fernandes, A. S. (2009). A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, 2 (4), 831-856. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5026767>
- Fernandes, V. (2010). *Camponeses do Araguaia: a guerrilha vista por dentro*. Fundação Maurício Grabois.
- Ferreira, P. R. (2019). *Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada*. Belém: Paka-Tatu.
- Figueiredo, C. A. S. (2022). Os 50 anos da Guerrilha do Araguaia e os reflexos da luta política. *Revista Escritas do Tempo*, 4 (11), 08-29. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i11.2022.0829>
- Figueiredo, C. A. S. e Gomes, I. (2020). Camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia: os limites institucionais da Comissão de Anistia. *Sillogés*, 3 (1), 248-271. Disponível em: <http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/107>
- Gagnebin, J. M. (2006). *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34.
- Garibaldi, A. (2005). *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*. São Paulo: Anita Garibaldi.

- Gaspari, E. (2014). *A Ditadura escancarada: As Ilusões Armadas* (2 ed.). Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Gorender, J. (2014). *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada* (5 ed.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular.
- Hobsbawm, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991* (M. Santarrita, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (1978). *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes Petrópolis.
- Joffily, B. (2008). *Oswaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lago, L. A. C. (2022). *Milagre econômico brasileiro [Verbetes]*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV. Acessado em abr. 2022 em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>
- Luiç, J. M. (2023). *Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo]. São Paulo.
- Luiç, J. M., Reis, N. F. I. e Silva, I. S. (2018). A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. *Saeculum—Revista de História* (39), 83-102.
- Marighella, C. (1999). Quem samba fica, quem não samba vai embora. In C. Nóvoa e J. C. Marighella (Eds.), *O homem por trás do mito* (pp. 547-550). São Paulo: Unesp.
- Martins Filho, J. R. (2012). A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. *Varia história*, 28 (48), 519-536. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000200003>
- Martins, J. S. (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)* (2 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Martins, J. S. (1996). O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, 8 (1), 25-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>
- Mechi, P. S. (2012). *Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. [Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. São Paulo.
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- Moraes, T. e Silva, E. (2005). *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial.
- Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Schwarcz.
- Napolitano, M. (2014). *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Nossa, L. (2012). *Matal: o, Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OEA. (2011). *Relatório anual da Corte Interamericana de Direitos Humanos - 2010*. San José: Organização dos Estados Americanos.
- PC do B. (1975). *Cinquenta anos de luta*. Lisboa: Edições Maria da Fonte.
- PC do B. (1980). Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil. In W. Pomar (Ed.), *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos* (pp. 91-118). São Paulo: Brasil Debates.
- Peixoto, R. C. D. (2011). Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 6 (3), 479-499. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000300002>
- Pereira, A. R. (2015). *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: UFPE.
- Pessôa, F. T. M. (2022a). “Ao cristão é proibido ter medo”: A trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura militar (1975/1985). Ananindeua: Cabana.

- Pessôa, F. T. M. (2022b). Entre "grileiros" e "gatunos": a Guerra de Perdidos e a privatização das terras no sul do Pará. *História Unisinos*, 26 (2), 359-371. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/22935/60749097>
- Pischel, E. C. M. (1998). (V. Carmen C, Trans.). In N. Bobbio, N. Matteucci e G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de política* (11 ed., Vol. 1, pp. 734-737). Universidade de Brasília.
- Portela, F. (2002). *Guerra de guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In A. Quijano (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Clacso.
- Reis, D. A. (1989). *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Reis, D. A. (2000). *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Reis, N. F. I. (2021). *Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará- Amazônia Oriental*. [Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. São Paulo.
- Ridenti, M. (2010). *O fantasma da revolução brasileira* (2 ed.). São Paulo: Unesp.
- Sá, G. (1990). *Araguaia: relato de um guerrilheiro* (2 ed.). São Paulo: Anita Garibaldi.
- Sader, R. (1990). Lutas e imaginário camponês. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, 2 (1), 115-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i1.84791>
- Sales, J. R. (2002). PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. *Diálogos*, 6 (1), 173-186. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37770>
- Sales, J. R. (2015a). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj.
- Sales, J. R. (2015b). Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. *Revista Taller*, 4, 87-109.
- Santos, L. R. (2012). Depoimento de Lauro Rodrigues Santos à CNV na câmara municipal de Marabá.
- Silva, I. S. (2010). *Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. [Tese de doutorado, Departamento de História, Universidade Federal de Goiás]. Goiânia.
- Silva, W. S. (2008). *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a guerrilha do Araguaia*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba]. João Pessoa.
- Sousa, R. C. (2019). Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. *Projeto História*, 66, 178-219. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p178-219>
- Teles, J. A. (2010). As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. *Ideias*, 1 (1), 71-93. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v1i1.8649306>
- Teles, J. A. (2014). Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *História Unisinos*, 18 (3), 464-480. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.03/4371>
- Teles, J. A. (2020). Eliminar "sem deixar vestígios": a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. *Revista M*, 5, 265-297. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2525-3050.2020.v5i10.265-297>

Sugestão de citação:

Luz M. J. (2023). O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022) . In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 183-206). Belém: NAEA. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap10>